



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL EM 30.09.2015

Aos 30 dias do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005271-32.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular MAURÍCIO MACHADO MARCA, pelo Juiz Substituto lotado TIAGO MALLMANN SULZBACH, pelo Diretor de Secretaria CARLOS NILIS SILVEIRA SPIELMANN e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 17.05.1979

Data da última correição realizada: 18.08.2014

Jurisdição: Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua, São Marcos.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 30.09.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul pertence à 43ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

2.1.2 Juizes Atuais



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz(a)	Situação	Período
Maurício Machado Marca	Juiz Titular	Desde 12.05.2012
Tiago Mallmann Sulzbach	Juiz Substituto lotado	Desde 19.12.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 23.09.2015)

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
- Maurício Machado Marca	Desde 12.05.2012	Juiz Titular	-
- Tiago Mallmann Sulzbach	Desde 19.12.2014	Juiz Substituto lotado	-
1 Adair João Magnaguagno	De 09.03.2011 a 27.11.2014	Juiz Substituto lotado	331 dias *

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 23.09.2015)

* Considerado o período correcionado.

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular Maurício Machado Marca	Férias	De 10.03 a 08.04.2014 (30d)	63 dias
		De 28.07 a 04.08.2014 (08d)	
		De 12.03 a 05.04.2015 (25d)	
Substituto lotado Adair João Magnaguagno	Férias	De 07.01 a 05.02.2014 (30d)	60 dias
		De 06.10 a 04.11.2014 (30d)	
Substituto lotado Tiago Mallmann Sulzbach	Férias	Em 19.12.2014 (01d)	31 dias
		De 01 a 12.04.2015 (12d)	
		De 15.07 a 01.08.2015 (18d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 23.09.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carlos Nilis Silveira Spielmann	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3) (desde 07.11.2014)	12.11.2012
2	Graciela Roberta Kuch	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	15.01.2013
-	Rosilene Reis dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	19.12.2014
3	Ivan Roberto Piazza	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	22.10.2010
4	Otávio Reinhardt Martins	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	29.07.2009
5	Roberto Carlos Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	07.01.1998
6	Everton Bellini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.10.2010
7	Isabela Lima do Nascimento	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.05.2010
8	Alberto Barbosa Lima	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	07.01.2015
9	Aline Sikelero Zanettini	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	06.12.2010
10	Jose Aiolfi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	04.12.1980
11	Patricia Santacatterina de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	26.03.2014
12	Thais Helena Luchetta Roll	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	30.10.2013
13	Zita Grison	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	13.10.2009

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.09.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.553 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo normatização do CSJT, para estabelecer o número adequado de servidores na Unidade é necessário obter a média de movimentação processual nos últimos 3 anos. No entanto, em virtude da instalação da 5ª e 6ª Varas do Trabalho no Foro de Caxias do Sul, em 06.12.2011 e 24.09.2012, respectivamente, o cálculo da média de todas as Unidades foi alterado.

No intuito de resolver a padronização de lotação das referidas Unidades, foi projetada a média de movimentação processual de cada uma das Varas do Trabalho do Foro de Caxias do Sul com base no número de processos ajuizados no ano de 2013. A média apurada para a 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul apurada para o triênio foi de 1.553 processos.

Considerada a média trienal acima apontada, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul está **adequado** ao parâmetro previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Carlos Nilis Silveira Spielmann	Curso ou Evento	10 dias	14 dias
	Curso Parcial	4 dias	
Graciela Roberta Kuch	Curso Parcial	2 dias	2 dias
Ivan Roberto Piazza	Curso Parcial	2 dias	12 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3 dias	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	7 dias	
Otavio Reinhardt Martins	Curso Parcial	2 dias	2 dias
Roberto Carlos Ribeiro da Silva	Curso ou Evento	1 dia	18 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Dispensa Médica	6 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9 dias	
Everton Bellini	Curso ou Evento	2 dias	7 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Doença em Pessoa da Família	1 dia	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2 dias	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Isabela Lima do Nascimento	Casamento	5 dias	8 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Alberto Barbosa Lima	Casamento	8 dias	14 dias
	Curso ou Evento	2 dias	
	Curso Parcial	2 dias	
	Doença em Pessoa da Família	2 dias	
Aline Sikelero Zanettini	Dispensa Médica	3 dias	195 dias
	Licença Gestante	120 dias	
	Prorrogação Licença Gestante	60 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12 dias	
Jose Aiolfi	Curso Parcial	2 dias	2 dias
Patricia Santacatterina de Souza	Curso ou Evento	2 dias	8 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3 dias	
	Prazo para Deslocamento	1 dia	
Thais Helena Luchetta Roll	Curso ou Evento	2 dias	10 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Dispensa Médica	1 dia	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5 dias	
Zita Grison	Curso Parcial	2 dias	7 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5 dias	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.09.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Silvia Custodio de Oliveira	06.06.2012	06.11.2014	2 anos, 5 meses	Aposentadoria



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2	Deborah Graciano Martin *	14.11.2011	03.12.2014	3 anos e 19 dias	Lotação na Vara do Trabalho de São Borja – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
---	---------------------------	------------	------------	------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.09.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Felipe Tomas Friedrich	Superior em Direito	11.09.2013 a 10.09.2015
2	Kelly Ferraz Oliveira	Superior em Direito	11.08.2014 a 10.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.09.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Maurício Machado Marca Juiz Titular	-	-	31,5 horas	31,5 horas
Tiago Mallmann Sulzbach Juiz Substituto lotado	-	-	179,5 horas	179,5 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.09.2015)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Carlos Nilis Silveira Spielmann *	117 horas	8 horas	80 horas	205 horas
Graciela Roberta Kuch	-	8 horas	40 horas	48 horas
Rosilene Reis dos Santos	-	-	-	-
Ivan Roberto Piazza	10 horas	8 horas	-	18 horas
Otávio Reinhardt Martins	-	8 horas	-	8 horas
Roberto Carlos Ribeiro da Silva	-	14 horas	-	14 horas
Everton Bellini	-	8 horas	49 horas	57 horas



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Isabela Lima do Nascimento	-	8 horas	70 horas	78 horas
Alberto Barbosa Lima	-	8 horas	82 horas	90 horas
Aline Sikelero Zanettini	-	-	8 horas	8 horas
Jose Aiolfi	-	8 horas	-	8 horas
Patricia Santacatterina de Souza	15 horas	8 horas	233 horas	256 horas
Thais Helena Luchetta Roll	35 horas	8 horas	126 horas	169 horas
Zita Grison	-	8 horas	50 horas	58 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.09.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.715	1.688	-1,57%	2.046	21,21%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	127	193	51,97%	129	-33,16%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.505	1.463	-2,79%	1.525	4,24%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	142	65	-54,23%	138	112,31%
Total	3.489	3.409	-2,29%	3.838	12,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

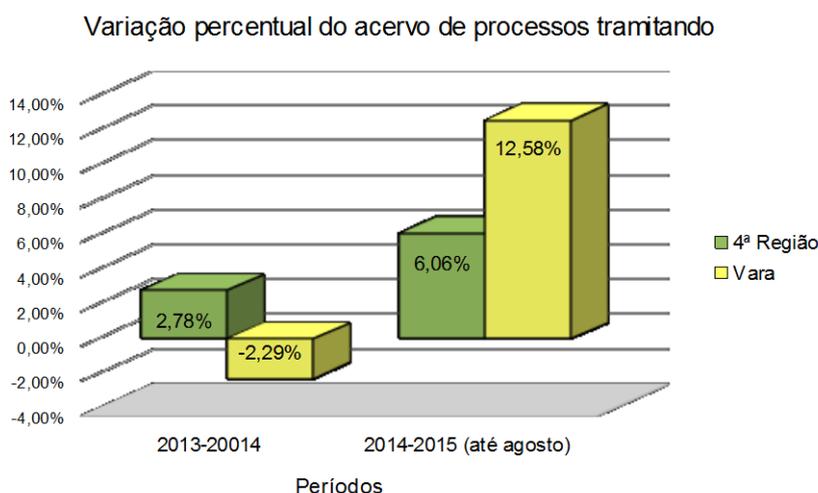
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o número de processos tramitando na Unidade Judiciária diminuiu 2,29% em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve, em média, aumento de 2,78% no estoque de processos em tramitação. A maior redução ocorreu no número de processos pendentes de finalização na fase de execução (menos 42 processos). Verificou-se, ainda, redução do estoque de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento (1,57%) e de cartas precatórias pendentes de devolução (-54,23%). Apenas os processos pendentes de finalização na fase de liquidação aumentaram (mais 66 processos, correspondente a 51,97%).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Os dados parciais colhidos até agosto de 2015 indicam aumento de 12,58% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária, enquanto na 4ª Região se verifica aumento de 6,06% no estoque no mesmo período. Especificações no gráfico abaixo.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Casos novos	1.603	1.870	16,66%	1.354	-27,59%
Sentença Anulada/Reformada	17	11	-35,29%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.621	1.694	4,50%	1.108	-34,59%
Processos pendentes de solução	669	686	2,54%	969	41,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

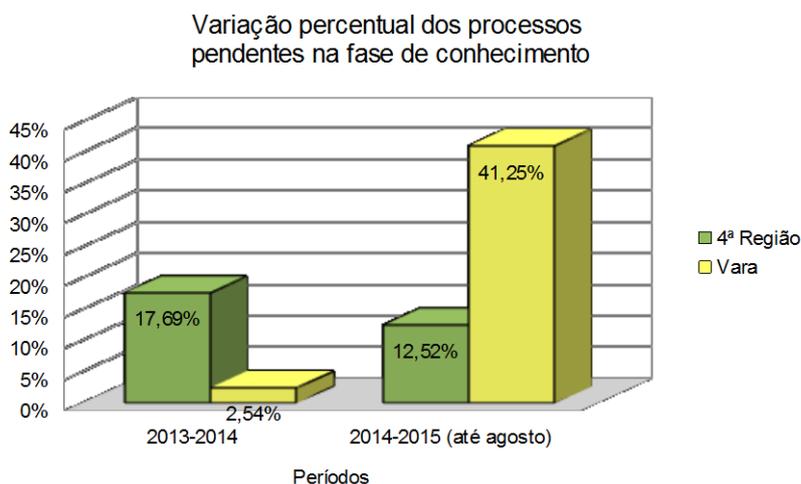
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

O estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em 2014, na Unidade Judiciária, cresceu 2,54% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre do aumento de 16,66% no número de casos novos em relação ao ano de 2013 associado ao aumento de 4,50% no número de processos solucionados. No mesmo período, o acréscimo de processos pendentes de solução na fase de conhecimento na 4ª Região foi de 17,69%.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Os dados parciais colhidos até agosto 2015 refletem crescimento do estoque de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária (41,25%), maior que a média regional aferida no mesmo período (12,52%).



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. O número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido recuou de 59 em 2013 para 50 em 2014, mas até agosto de 2015 atingia 68 processos. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Aguardando 1ª sessão de audiência	167	218	30,54%	506	132,11%
Aguardando encerramento da instrução	379	348	-8,18%	327	-6,03%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	64	70	9,38%	68	-2,86%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	59	50	-15,25%	68	36,00%
TOTAL	669	686	2,54%	969	41,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

Fase de conhecimento



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	29,80%	33,57%	12,66%	45,69%	36,10%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	55,03%	24,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

Na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento aumentou de 19,80% em 2013 para 33,57% no ano de 2014, alcançando 45,69% em agosto de 2015, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio regional, o que é elogiável.

3.2.3 Processos solucionados

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015 (até ago)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	756	46,64	905	53,42	662	59,75
	Julgado procedente	12	0,74	20	1,18	12	1,08
	Julgado procedente em parte	548	33,81	488	28,81	240	21,66
	Julgado improcedente	144	8,88	122	7,2	56	5,05
	Extinto	2	0,12	4	0,24	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	42	2,59	26	1,53	37	3,34
	Arquivamento (art. 844 CLT)	100	6,17	106	6,26	78	7,04
	Desistência	12	0,74	20	1,18	21	1,9
	Outras decisões	5	0,31	3	0,18	2	0,18
TOTAL		1.621	100	1.694	100	1.108	100

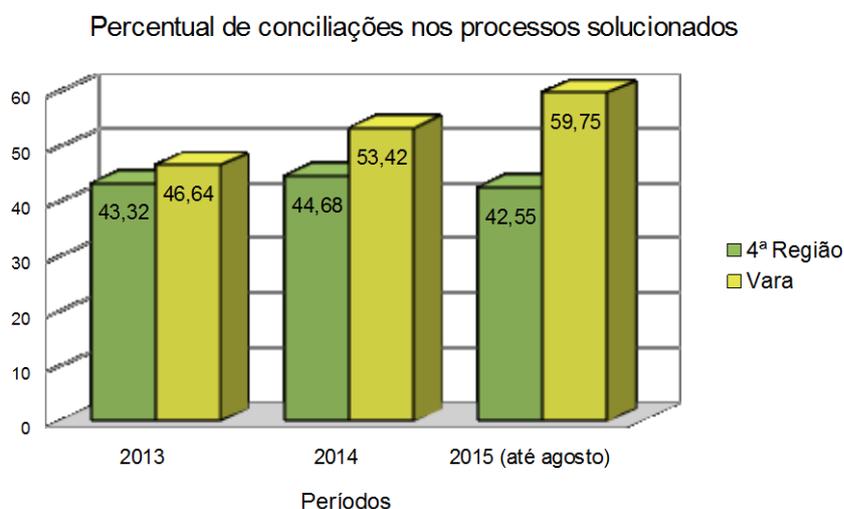
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária solucionou 73 processos a mais, na comparação com o ano de 2013, refletindo aumento de 4,50%, o que é elogiável, uma vez que nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apurou-se, em média, redução de 2,67% no número de processos solucionados.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Com relação às decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) verificou-se recuo de 10,20%, passando de 706 decisões em 2013 para 634 em 2014; no mesmo período, na 4ª Região, houve redução média de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Aumentou o número de homologações de acordo (de 756 em 2013 para 905 em 2014), repercutindo no percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados, que ampliou de 46,64% em 2013 para 53,42% em 2014, e 59,85% até agosto de 2015, mantendo-se acima da média regional, conforme quadro abaixo.



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Iniciadas	380	483	27,11%	227	-53,00%
Encerradas	286	343	19,93%	273	-20,41%
Pendentes	130	184	41,54%	115	-37,50%
Em Arquivo Provisório	4	4	0,00%	3	-25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária cresceu de 130 em 2013 para 184 em 2014, representando acréscimo de 41,54%. Este resultado reflete a majoração de 27,11% no número de liquidações iniciadas no ano de 2014, ainda que aumentado em 19,93% o número de liquidações encerradas.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Os dados parciais colhidos até agosto refletem recuo de 37,50% no estoque de liquidações pendentes na Unidade Judiciária, enquanto na 4ª Região apurou-se, no mesmo período, queda de 1,87% no número de liquidações pendentes.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	33,18%	44,05%	32,76%	33,58%	-23,77%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	52,76%	19,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na fase de liquidação na Unidade Judiciária aumentou de 33,18% em 2013 para 44,05% no ano de 2014, recuando para 33,58% em agosto de 2015, ficando abaixo do congestionamento médio da 4ª Região.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até ago)	Variação 2014- 2015 (até ago)
Entradas	Iniciadas	400	577	44,25%	402	-30,33%
	Desarquivadas para prosseguimento	58	504	768,97%	71	-85,91%
Saídas	Encerradas	473	443	-6,34%	219	-50,56%
	Arquivadas Provisoriamente	133	96	-27,82%	82	-14,58%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	44	39	-11,36%	23	-41,03%
	Demais	861	785	-8,83%	832	5,99%
	Total	905	824	-8,95%	855	3,76%
Saldo no arquivo Provisório		1.538	1.123	-26,98%	1.127	0,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em 2014, na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, houve redução de 6,34% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região a queda no número de execuções encerradas foi de 5,57%. A Unidade Judiciária aumentou em 44,25% o número de execuções iniciadas em 2014, na comparação com o ano de 2013.

Ainda assim, a unidade correccionada reduziu o estoque de execuções pendentes em 8,95% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

Para 2015, os dados parciais colhidos até agosto refletem aumento de 3,76% no número de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	67,22%	70,11%	4,29%	82,14%	17,16%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	81,60%	15,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de execução passou de 67,22% em 2013 para 70,11% em 2014, alcançando 82,14% em agosto de 2015, superando o congestionamento médio da 4ª Região.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	84,42%	85,33%	1,09%	90,68%	6,26%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	89,16%	5,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

execução, ficou em 85,33% no ano de 2014, ligeiramente acima do congestionamento médio da 4ª Região, de 84,91%.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Processos com inclusão de devedor no BNDT	275	141	-48,73%	71	-49,65%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.627	1.569	-3,56%	1.543	-1,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

OBS: Dados relativos aos processos físicos em tramitação na Unidade. Ainda não é possível extrair esses dados do sistema PJe-JT.

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0113000-85.2009.5.04.0402	Em 23/06/2015 foram lançados, no inFOR, andamentos “baixa” e “Arquivado definitivamente”.	As reclamadas SICaxias Telecomunicações Ltda. e Sul Imagem Instalação Comércio e Serviços Ltda. foram incluídas no BNDT em 23/04/2014 com a situação “com garantia”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0001343-36.2012.5.04.0402	Em 10/03/2015 foram lançados, no inFOR, andamentos “baixa” e “Arquivado definitivamente”. Despacho extingue a execução lançado no inFOR em 11.12.2014.	Itacir de Gasperi Construções Ltda. foi incluído no BNDT em 06/06/2013 com a informação “sem garantia”.
0028500-57.2007.5.04.0402	Em 30/09/2014 foi registrado o andamento extinta a execução, e, em 06/10/2014 o processo foi arquivado definitivamente.	O executado Di Mauro Brothers e Parthers Ltda. foi incluído no BNDT em 14/09/2011 com a situação “com garantia”.
0070900-23.2006.5.04.0402	Em 08/10/2014, lançados andamentos no inFOR: Execução Encerrada e Extinta Execução.	Claudiomar Correa de Melo e Ivo Regalin foram incluídos no BNDT em 09/02/2012, com a informação “com garantia”.
0000822-91.2012.5.04.0402	Em 09/03/2015 o despacho extingue a execução. Em 28/08/2015 o processo é arquivado definitivamente.	ASS Sistemas de Segurança Ltda. foi incluída no BNDT em 10/10/2014 “sem garantia”.
0000944-41.2011.5.04.0402	Em 15/09/2014 registro de “Execução encerrada”. Em 06/10/2014, registro no inFOR de “Arquivado definitivamente” .	Fabiana Scopel foi incluída no BNDT em 23/05/2013, “sem garantia”; Ferreiro Restaurante, incluído no BNDT em 15/09/2014, “sem garantia”; Tamires Scopel, incluído no BNDT em 23/05/2013, “sem garantia”; Teilor Valduga, incluído no BNDT sem informação.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 14.09.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até xxx)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	216	195	23	139	127	44	84	124	29
Antecipações de tutela	122	89	120	274	244	41	271	290	50
Impugnações à sentença de liquidação	38	38	21	41	26	26	32	16	38
Embargos à execução	63	78	26	89	76	38	81	55	70
Embargos à arrematação	0	3	0	1	1	0	2	1	1
Embargos à adjudicação	1	1	1	0	0	1	1	1	1
Exceções de pré-executividade	15	11	8	7	7	8	1	3	8



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total	455	415	199	551	481	158	472	490	197
--------------	-----	------------	-----	-----	------------	-----	-----	------------	-----

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Em 2014, conforme se observa do quadro acima, houve aumento no número de incidentes processuais que ingressaram na Unidade Judiciária (455 em 2013 e 551 em 2014). Aumentou o número de incidentes processuais julgados (415 em 2013 e 481 em 2014) e reduziu o número de incidentes processuais pendentes (199 em 2013 e 158 em 2014). Dentre os tipos de incidentes, verificou-se redução no número de embargos de declaração e crescimento no número de pedidos de antecipação de tutela.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014 e 2015, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0001107-21.2011.5.04.0402	Em 10.02.2014 foi lançado no inFOR o registro de embargos de declaração pelo reclamante. Em 13.02.2014, foi proferida decisão/despacho, rejeitando as alegações do reclamante. Considerando que não houve registro no inFOR da baixa do julgamento dos embargos de declaração, permanece pendentes o incidente junto ao Sistema e-Gestão.
0077400-37.2008.5.04.0402	Em 01.08.2014 foi registrado no inFOR o protocolo de embargos à execução/penhora pela executada e, em 18.08.2014, foi registrado o protocolo de impugnação à sentença de liquidação pelo exequente. Em 16.04.2015 foi proferida decisão, sendo registrado no inFOR, em 17.04.2015, o julgamento da impugnação à sentença de liquidação. Considerando que não houve lançamento no inFOR do julgamento dos embargos à execução, permanece o incidente pendente junto ao Sistema e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020955-23.2013.5.4.0402	Em 31.01.2014 foi protocolado no PJe embargos de declaração pelo reclamante. Em 14.02.2014 foi registrado o andamento "conclusos os autos para julgamento dos embargos de declaração". Na mesma data, foi lançado o andamento "julgado procedente o pedido(...)". Considerando que não houve o registro adequado do julgamento dos embargos de declaração no PJe ("acolhidos/não acolhidos/rejeitados/prejudicado os embargos de declaração"), permanece pendente o incidente junto ao Sistema e-Gestão.
0021073-96.2013.5.04.0402	Em 03.11.2014 foi registrado no PJe o protocolo de "impugnação ao cumprimento de sentença/impugnação à sentença de liquidação". Em 09.04.2015 foi proferido despacho simples recebendo a referida peça como embargos à execução. Em 29.06.2015, foi proferida sentença de improcedência dos embargos à execução e, na mesma data, registrado no PJe o andamento "julgado improcedente o pedido (embargos à execução)".



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Considerando que não houve o lançamento da baixa do incidente inicialmente registrado (impugnação à sentença de liquidação), este permanece pendente junto ao Sistema e-Gestão.
--	---

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 16.09.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	94,43	75,38	-20,17%	296,15	292,86%
	Ordinário	183,22	159,97	-12,69%	196,64	22,92%
	Total	176,45	153,93	-12,77%	201,15	30,68%

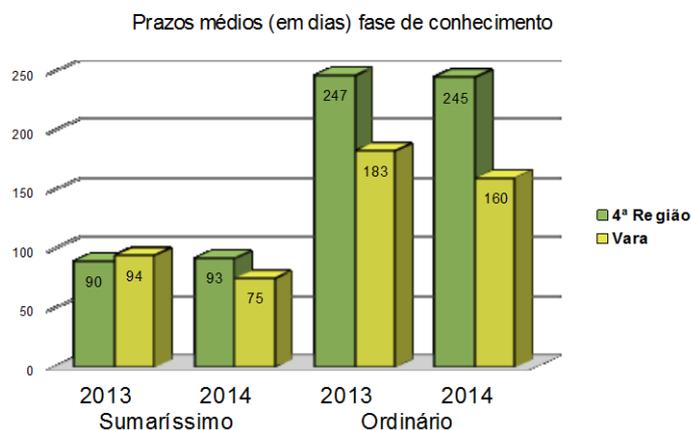
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 75,38 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 159,97 dias nas ações ordinárias, refletindo redução de 20,17% e 12,69%, respectivamente, em relação aos prazos de 2013, o que é elogiável.

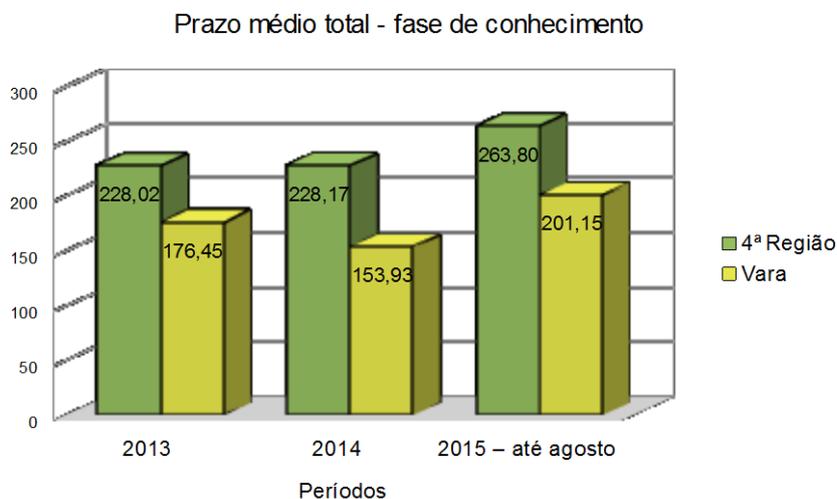
O lapso processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se, assim, mais célere que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, e nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25. Especificações no gráfico abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**



Os dados parciais colhidos até agosto projetam para 2015 aumento dos prazos médios na fase de conhecimento na Unidade Judiciária, alcançando 296,15 dias nos processos de rito sumaríssimo, e 196,64 dias nas ações ordinárias. Ainda assim, o prazo médio total na unidade correccionada na fase de conhecimento mantém-se abaixo do prazo médio regional, conforme indicado no gráfico abaixo.



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Do início ao	Sumaríssimo	73,95	75,6	2,23%	116,78	54,47%



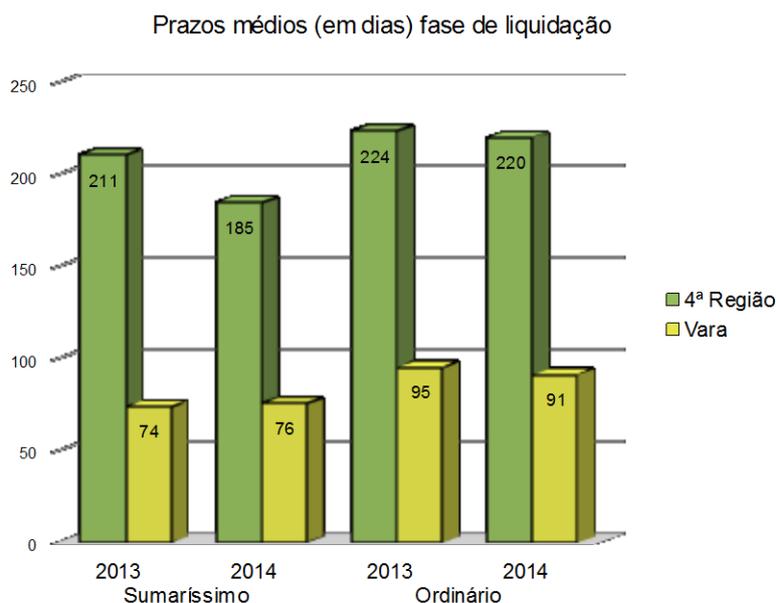
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

encerramento da liquidação	Ordinário	95,36	91,24	-4,31%	114,22	25,18%
	Total	93,53	90,49	-3,26%	114,32	26,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, foi de 75,6 dias nos processos de rito sumaríssimo e, nas ações ordinárias, de 91,24 dias. Em relação a 2013, a unidade aumentou 2,23% o prazo médio da fase de liquidação nos processos de rito sumaríssimo e reduziu 4,31% nas ações ordinárias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária, quando comparado com o prazo médio aferido na 4ª Região, mostrou-se 59,09% mais célere nos processos de rito sumaríssimo e 58,55% nas ações ordinárias, o que é elogiável. Especificações no gráfico abaixo.

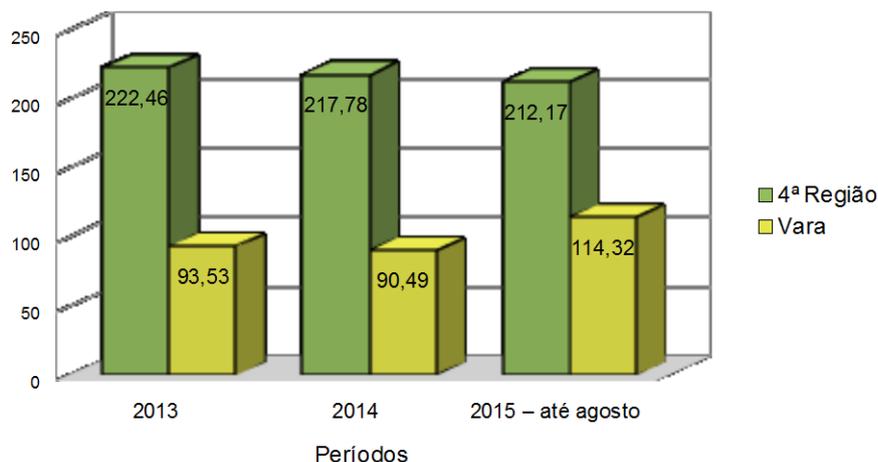


Os dados parciais colhidos até agosto projetam para 2015 aumento no prazo médio na fase de liquidação, alcançando 116,78 dias nos processos sumaríssimos e 114,22 dias nas ações ordinárias. Ainda assim, o prazo médio total da Unidade na fase de liquidação mantém-se abaixo do prazo médio total aferido na 4ª Região. Especificações no quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015 (até ago)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	540,63	572,19	5,84%	308,03	-46,17%
	Ente Público	979,64	866,70	-11,53%	2.135,00	146,34%
	Total	570,04	581,23	1,96%	322,47	-44,52%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

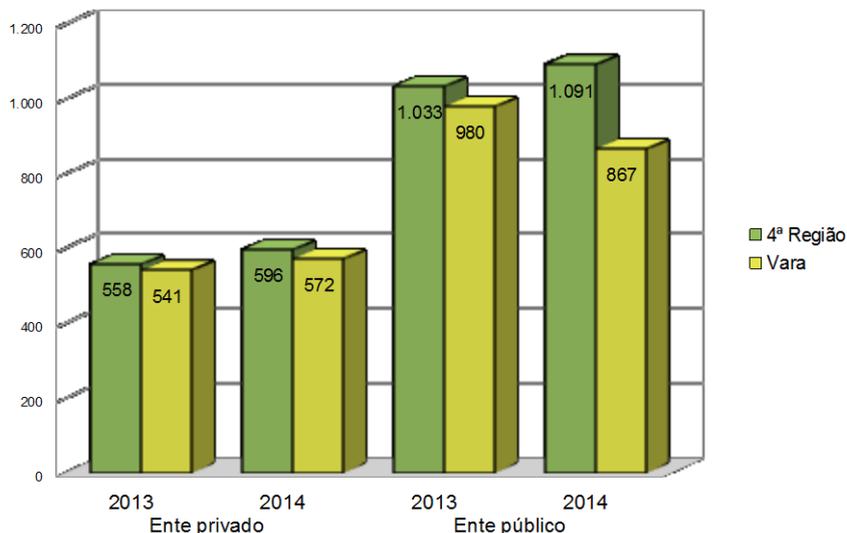
O prazo de tramitação processual na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, em 2014, foi, em média, de 581,23 dias, refletindo aumento de 1,96% em relação ao lapso de tramitação processual aferido no ano de 2013.

Nos processos em que o executado é ente privado, o prazo de tramitação na Unidade Judiciária (572,19 dias) foi 4,04% mais rápido do que o aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, e nas execuções contra ente público (866,70 dias) mostrou-se 20,55% menor que a média regional.



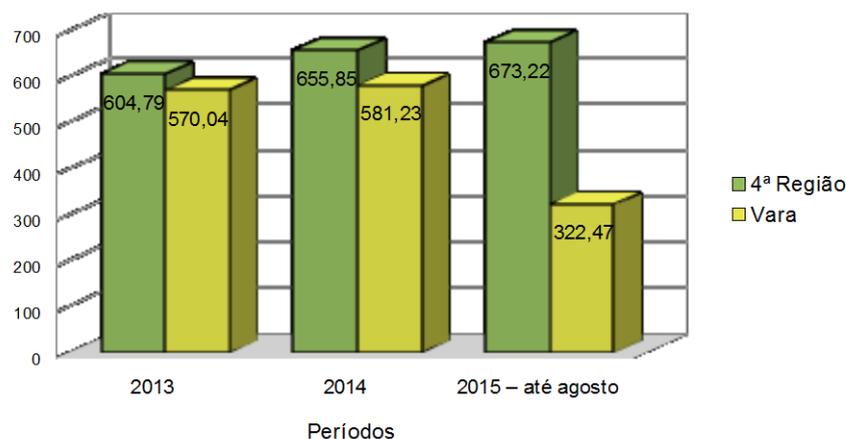
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio (em dias) fase execução



Os dados parciais colhidos até agosto projetam para 2015 redução do prazo médio na fase de execução nos processos contra entes privados, recuando para 308,03 dias, e aumento nas execuções contra entes públicos, alcançando 2.135 dias. Ainda assim, o prazo médio total da Unidade na fase de execução permanece abaixo do aferido na 4ª Região, conforme indicado no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Solucionados	%	Resultado
1.654	1.654	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 - 2013: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Solucionados em 2009	%	Resultado
1.867	1.867	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.870	1.694	90,59%	Meta não cumprida



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
75	78	104,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
650	669	102,92%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	+5,18	Meta parcialmente cumprida
Execução Fiscal	-6,67	

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2015	Solucionados até 31.08.2015	%	Resultado
1.354	1.108	81,83%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan/2013 e agosto/2015	Percentual atingido	Resultado
633	631	99,68%	Meta já cumprida

5.3.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.08)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado
402	393	97,76%	Indicativo de descumprimento da meta

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.08.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	5	6	4
2º) Estado do Rio Grande do Sul	5	9	4
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	3	0	2
5º) União	60	6	59
6º) Oi S.A.	4	13	3
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	4	0
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	15	13	14
9º) Banco do Brasil S.A.	7	6	6
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	0

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.08	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	153,93	201,15	152,39	Indicativo de não cumprimento da meta



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.08)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	756	905	830,5	662	839	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	63	75,42	69,21	94,57	69,92	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas e quintas feiras, nos dois turnos, e nas terças e quartas feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

J1-juiz Maurício	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	8 (I) 2 (U) 4 (P)	8 (I) 2 (U) 4 (P)	8 (I) 2 (U) 4 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.9.2015)

J2 – juiz Tiago	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	10 (I) 2 (U) 2 (P)	-	-	10 (I) 2 (U) 2 (P)	-
Tarde	4 (P)	-	-	4 (P)	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.9.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	J1 - Última data marcada	J1 - Próxima data livre
Inicial	24.11.2015	25.11.2015
Una Sumaríssimo	11.11.2015	11.11.2015
Instrução	27.01.2016	27.01.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 30.9.2015)

Tipo	J2 - Última data marcada	J2 - Próxima data livre
Inicial	21.3.2016	21.3.2016
Una Sumaríssimo	19.10.2015	19.10.2015
Instrução	12.5.2016	18.2.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 30.09.2015)

Juiz Tiago Mallmann Sulzbach – férias previstas de 19.11 a 18.12.2015

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até ago)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	47,61	45,63	-4,14%	64,74	41,87%
	Ordinário	47,06	43,41	-7,76%	67,16	54,72%
	Total	47,09	43,56	-7,49%	67,05	53,91%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 15.09.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **45,63 dias**, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **43,41 dias**, nas ações ordinárias, refletindo redução média de 7,49%, mantendo-se **próximo** do prazo tido por adequado para unidades desse porte (até 40 dias).

Os dados parciais colhidos até agosto de 2015 indicam aumento de 53,91% no prazo médio em que realizadas as audiências iniciais, alcançando **64,74 dias** nos processos de rito sumaríssimo, e **67,16 dias** nas ações ordinárias, o que merece atenção.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no dia da inspeção, em 30.9.2015, quando constatado que as audiências iniciais do magistrado **J1** estavam sendo designadas para o prazo de **40 dias** nos processos sumaríssimos e **55 dias** nas ações ordinárias, enquanto a pauta de iniciais do magistrado **J2** alcançava **20 dias** nos processos sumaríssimos e **170 dias** nas ações ordinárias, o que é preocupante, cabendo adoção de medidas para melhorar esses prazos médios nas ações de rito ordinário. O prazo tido por adequado para unidades desse porte é de até 40 dias.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 30.9.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas pelo magistrado **J1** para o dia 27.01.2016 (**120 dias**), coincidente com a última audiência de prosseguimento já designada, e pelo magistrado **J2** para o dia 18.2.2016 (**140 dias**), por com audiências já designadas para 12.5.2016 (**225 dias**), ainda assim prazos melhores que aquele que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual é de até 240 dias.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Adair João Magnaguagno	821	463	58	22	1.364
Maurício Machado Marca	891	465	58	17	1.431
Juiz não informado *	1	0	0	0	1
TOTAL	1.713	928	116	39	2.796
Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Fernanda Probst Marca	7	5	0	0	12
Maurício Machado Marca	498	242	25	15	780
Tiago Mallmann Sulzbach	413	241	16	32	702
Juiz não informado *	1	3	0	0	4
TOTAL	919	491	41	47	1.498

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

(*) O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz na data da consulta.

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
Adair João Magnaguagno	368	385	2	755	66	821
Guilherme da Rocha Zambrano	-	1	0	1	-	1
Jefferson Luiz Gaya de Goes	-	1	0	1	-	1
Maurício Machado Marca	536	246	2	784	89	873
Juiz não informado *	1	0	0	1	-	1
TOTAL	905	633	4	1.542	155	1.697

Magistrados	Solucionados - 2015				Total de processos solucionados	
	Com Exame de Mérito			TOTAL		Sem Exame de Mérito
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
Adair João Magnaguagno	-	63	0	63	-	63
Fernanda Probst Marca	4	0	0	4	-	4
Jefferson Luiz Gaya De Goes	-	1	0	1	-	1
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	9	9
Maurício Machado Marca	332	122	0	454	72	526
Tiago Mallmann Sulzbach	324	122	0	446	57	503
Juiz não informado *	2	0	0	2	-	2
TOTAL	662	308	0	970	138	1.108

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

(*) O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz na data da consulta.

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

MAURÍCIO MACHADO MARCA
Processos de Cognição – Rito Ordinário



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusão mais antiga: 07.05.2015 0021253-78.2014.5.04.0402	0020272-15.2015.5.04.0402	0021456-40.2014.5.04.0402
0000006-07.2015.5.04.0402	0020294-73.2015.5.04.0402	0021471-09.2014.5.04.0402
0020001-06.2015.5.04.0402*	0020342-32.2015.5.04.0402	0021563-84.2014.5.04.0402
0020044-40.2015.5.04.0402	0020379-59.2015.5.04.0402	0021572-46.2014.5.04.0402
0020062-61.2015.5.04.0402	0020392-58.2015.5.04.0402	0021633-04.2014.5.04.0402
0020064-31.2015.5.04.0402	0020418-56.2015.5.04.0402	0021970-90.2014.5.04.0402
0020070-38.2015.5.04.0402	0020429-85.2015.5.04.0402	0021734-41.2014.5.04.0402
0020075-60.2015.5.04.0402	0020437-62.2015.5.04.0402	0021773-38.2014.5.04.0402
0020090-29.2015.5.04.0402	0020563-49.2014.5.04.0402	0021788-07.2014.5.04.0402
0020113-72.2015.5.04.0402	0020613-41.2015.5.04.0402	0021791-59.2014.5.04.0402
0020117-12.2015.5.04.0402	0020626-74.2014.5.04.0402	0021866-98.2014.5.04.0402
0020129-26.2015.5.04.0402	0020630-77.2015.5.04.0402	0021971-75.2014.5.04.0402
0020165-68.2015.5.04.0402	0020689-65.2015.5.04.0402	0021903-28.2014.5.04.0402
0020168-23.2015.5.04.0402	0021187-98.2014.5.04.0402	0021906-80.2014.5.04.0402
0020200-28.2015.5.04.0402	0021321-28.2014.5.04.0402*	0021922-34.2014.5.04.0402
0020224-56.2015.5.04.0402	0021414-88.2014.5.04.0402	0021959-61.2014.5.04.0402
0020257-46.2015.5.04.0402	0021419-13.2014.5.04.0402	-
0020267-90.2015.5.04.0402	0020271-30.2015.5.04.0402	-
Incidentes Processuais da Execução		
Conclusão mais antiga: 0000241-76.2012.5.04.0402	0001216-98.2012.5.04.0402	0031100-51.2007.5.04.0402
0000583-24.2011.5.04.0402	0001315-68.2012.5.04.0402	0103600-47.2009.5.04.0402
0001766-30.2011.5.04.0402	0001322-94.2011.5.04.0402	-
0020677-22.2013.5.04.0402	0021708-43.2014.5.04.0402	-
Total: 62 processos		
TIAGO MALLMANN SULZBACH		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 18.03.2015 0020609-38.2014.5.04.0402	0021638-26.2014.5.04.0402	0021778-60.2014.5.04.0402
0021470-24.2014.5.04.0402	0021912-87.2014.5.04.0402	0021664-24.2014.5.04.0402
0021445-11.2014.5.04.0402	0021937-03.2014.5.04.0402	0021729-19.2014.5.04.0402
0021244-19.2014.5.04.0402	0020350-09.2015.5.04.0402	0021887-74.2014.5.04.0402
0021488-45.2014.5.04.0402	0021690-22.2014.5.04.0402	0021616-65.2014.5.04.0402
0020040-03.2015.5.04.0402	0020005-43.2015.5.04.0402	0021838-33.2014.5.04.0402



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total: 18 processos

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 22.09.2015)

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

6.9 PROCESSO QUE CONSTA COMO CONCLUSO PARA DECISÃO POR ERRO DE ANDAMENTO

MAURÍCIO MACHADO MARCA		
0020101-58.2015.5.04.0402	-	-

7 ROTINAS DE SECRETARIA

O trabalho na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul é dividido por tarefas. Aiolfi faz o atendimento ao balcão (com auxílio dos estagiários), confere o protocolo que ingressa na unidade e lavra o termo de juntada. A análise das petições protocoladas e minuta dos despachos observa uma escala, por dia da semana: Everton na segunda feira, Patrícia na terça, Thaís na quarta, Isabela na quinta e Zita na sexta feira. O prazo é certificado e minutados os despachos de dez em dez dias, em regime de mutirão. Todos expedem notificações, ofícios, e mandados de citação e de penhora, e Carlos e Ivan os conferem (exceto notificações). A expedição de RPVs, precatórios e alvarás compete a Isabela, mas Ivan também expede alvarás. Os convênios são manejados por Thaís e Everton, auxiliados, sempre que necessário, por Carlos e Ivan. Os cumprimentos da sala de audiências estão a cargo dos secretários de audiência.

Não houve adesão de servidores da unidade aos movimentos grevistas no ano de 2014. À greve deste ano aderiram dois servidores; os demais só participaram dos denominados 'apagões'.

A unidade contou com o apoio do SAT em setembro de 2015 especificamente para preparar e cadastrar no sistema PJe processos físicos com trânsito em julgado e liquidação homologada, de forma que passem a tramitar em meio eletrônico na fase de execução (CLE).

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data de inspeção, 30.9.2015, havia um processo aguardando desde 22.9.2015 expedição de notificação; todos os demais eram de 29.9.2015. Ofícios em dia.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data da inspeção, 30.9.2015, todos os processos aguardando expedição de mandados eram de 29.9.2015. Precatórios e RPVs em dia.



7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Na data de inspeção, 30.9.2015, havia processos aguardando desde 22.9.2015 expedição de alvarás.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data de inspeção, 30.9.2015, havia três processos aguardando análise de petições protocoladas em 10.9.2015, e os demais com petições protocoladas a partir de 17.9.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data de inspeção, 30.9.2015, estava sendo certificado o prazo de 21.9.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia. Realizada semanalmente.

7.8 CONVÊNIOS

Em dia. Consultas realizadas semanalmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 21.09.2015, verificou-se que não há processos em carga com advogados com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.10.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 21.09.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

7.10.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado	
1	402-00195/15	0000115-26.2012.5.04.0402	23.07.2015	01 mês e 28 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 19.08.2015, uma listagem contendo 10 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000052-64.2013.5.04.0402
<p>Fase: Conhecimento. Aspectos formais. <u>Registro de carga:</u> na fl. 349, não consta a data da devolução dos autos. <u>Autos provisórios:</u> manifestação das fls. 351-52 e atos processuais praticados às fls. 353-54, realizados quando os autos ainda se encontravam em carga, conforme lançamento 86 do inFOR, sem formação de autos provisórios; despacho da fl. 365 e manifestação da fl. 366 realizados quando os autos ainda se encontravam em carga, conforme registro da fl. 364, sem formação de autos provisórios; atos processuais praticados às fls. 380, 383 e petições das fls. 381-82 e 384-86, realizados quando os autos ainda se encontravam em carga, conforme registro da fl. 379, sem formação de autos provisórios. <u>Termos de juntada:</u> na fl. 355 não faz referência aos documentos que acompanham a petição juntada. <u>Documentos de tamanho reduzido anexados:</u> às fls. 362-v, 400, não foram quantificados, numerados e rubricados; à fl. 402-v, embora quantificados, não foram rubricados e numerados. <u>Ordem cronológica desatendida:</u> petição da fl. 366, protocolada em 27-11-2014, juntada após o despacho que a aprecia, em 04-12-2014 (fl. 365), não refletindo a real sequência temporal. Movimentação processual. <u>Lapso superior a dez dias para conclusão dos autos ao magistrado:</u> petição juntada em 28-04-2015 (fl. 389) e conclusão ao magistrado em 11-05-2015 (fl. 393).</p>	
2	Processo nº 0000007-89.2015.5.04.0402 (Embargos de terceiro)
<p>Fase: Conhecimento. Aspectos formais. <u>Autos provisórios:</u> atos processuais praticados às fls. 158-61, realizados quando os autos ainda se encontravam em carga, conforme registro das fls. 125, sem formação dos autos provisórios. <u>Ordem cronológica desatendida:</u> petição/procuração das fls.126-27 e defesa das fls. 126-57 protocoladas em 24.6.2015 (fl. 125) foram juntadas antes dos atos processuais praticados às fls. 158-61, em 19.6.2015, não refletindo a real sequência temporal. Movimentação processual. Nada a apontar.</p>	
3	Processo nº 0077900-11.2005.5.04.0402
<p>Fase: Execução. Aspectos formais. <u>Termos de juntada:</u> não foi lavrado para a guia de depósito judicial da fl. 277. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> ofício</p>	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

da fl. 262 expedido em 10.01.014, com reiteração, em face do silêncio, apenas em 20-05-2014, fl. 263-v; ofício da fl. 265 expedido em 20.5.2014, com certidão em 27-08-2014, fl. 266 e reiteração apenas em 27.2.2015 (fl. 268). Lapso superior a dez dias para conclusão dos autos ao magistrado: guia de depósito judicial recebida em 12-05-2015 (lançamento 164 do inFOR) e conclusão ao magistrado em 05-06-2015 (fl. 278). Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: em que pese a certidão da fl. 284, não há notícia nos autos de que tenha sido expedido Requerimento para Protocolização do Título de Crédito Trabalhista determinado no despacho da fl. 278.

4

Processo nº 0182800-50.2002.5.04.0402

Fase: Execução. **Peculiaridade.** Processo arquivado provisoriamente em 07.11.2011 e desarquivado para prosseguimento da execução em 12.01.2015. **Aspectos formais.** Autos provisórios: petição do exequente (fl.377) e atos processuais das fls. 378-79 realizados quando os autos ainda se encontravam no Arquivo, sem formação de autos provisórios. Não foi certificado o resultado negativo da tentativa de constrição de bens por meio eletrônico, conforme Bacen Jud das fls. 386-88. Não foram certificadas as datas de suspensão do prazo do recesso, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense. **Movimentação processual.** Certificação do prazo: prazo fixado no edital de citação da fl. 383 findou em 22-10-2014, e seu decurso *in albis* foi certificado em 21-11-2014, fl. 384.

5

Processo nº 0118800-94.2009.5.04.0402 (Execução fiscal de dívida ativa)

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Ausência de registro de protocolo ou termo de recebimento nas autorizações para carga dos autos juntadas às fls. 176, 241, 258. Não foram certificadas as datas de suspensão do prazo do recesso, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense. Termos de juntada: não foi lavrado para a guia de depósito judicial da fl. 187. Registro de carga: na fl. 242 não consta a data da devolução dos autos à Secretaria, bem como rubrica e identificação do servidor que os recebeu. **Movimentação processual.** Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 30-09-2014 (fl. 164) e cumprido em 20-10-2014, fls. 165; despacho assinado em 24-02-2015 (fl. 201) e cumprido em 11-03-2015 (fls. 202-04). Certificação do prazo: prazo concedido na notificação da fl. 239 findou em 11-05-2015, e seu decurso *in albis* foi certificado em 11-06-2015, fl. 249.

6

Processo nº 0000800-33.2012.5.04.0402

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Termos de juntada: na fl. 581 não identifica a peça processual juntada (impugnação acompanhada de cálculos de liquidação). **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: a devolução da carga da fl. 502 excede em mais de 50 dias o prazo assinado à parte sem que a Secretaria tenha efetuado a sua cobrança; expedido e-mail em 25.3.2015 (fl.603) para contador notificando-o da nomeação para apresentar cálculo em 20 dias, e expert só retira os autos em 22.5.2015, sem que Secretaria tomasse providências; cálculos de liquidação das fls. 606-54 juntados em 09-07-2015 (fl. 605) e termo de remessa dos autos à PGF em 24-07-2015 (fl. 655).

7

Processo nº 0001143-63.2011.5.04.0402

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Termos de juntada: não foi lavrado para o acórdão do Agravo de Instrumento julgado pelo TST (fls. 421-25), para a petição da fl. 430 e para a guia de depósito judicial da fl.457; nas fls. 438, 444, 449 e 458 não identificam as peças processuais juntadas ao processo (comprovações de recolhimento previdenciário e comprovações de recolhimento do imposto de renda). Lançamentos no inFOR: não constou o andamento "Homologado acordo (execução/cumprim.)", logo após o lançamento 71 "Decisão/Despacho", alusivo à decisão proferida à fl. 431 que homologou o acordo após a prolação da sentença. **Movimentação processual.** Nada a apontar.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

8	Processo nº 0000250-04.2013.5.04.0402
<p>Fase: Execução encerrada. Aspectos formais. <u>Termos de juntada:</u> não foi lavrado para a guia de depósito judicial da fl. 216 e para a petição das fls. 324-5; na fl. 352 não identifica as peças processuais juntadas (contestações à impugnação à sentença de liquidação); na fl. 400 não identifica a peça processual juntada (contraminuta ao agravo de petição). <u>Lançamentos no inFOR:</u> não constou o andamento “Recebido o recurso”, logo após o lançamento 118 “Decisão/Despacho”, alusivo ao despacho exarado na fl. 387, que recebeu o agravo de petição apresentado pela União. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> devolução da carga dos autos pela PGF em 10-01-2014 (fl. 265) e conclusão ao magistrado em 26-02-2014 (fl. 266).</p>	
9	Processo nº 0000027-51.2013.5.04.0402
<p>Fase: Execução. Aspectos formais. <u>Autos provisórios:</u> atos processuais praticados às fls. 79-80 realizados quando os autos ainda se encontravam em carga, conforme registro da fl. 78, sem formação de autos provisórios. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> processo retirado em carga em 15.4.2014 e devolvido em 07.8.2014, providenciando a Secretaria na cobrança dos autos apenas em 17-07-2014, fl. 80; processo retirado em carga em 29.1.2015 e devolvido em 22.6.2015, não constando dos autos cópia da intimação publicada no DEJT cobrando os autos, referida na certidão da fl. 103. <u>Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias:</u> despacho assinado em 26-08-2014 (fl. 93) e cumprido em 15-09-2014, fl. 95.</p>	
10	Processo nº 0001707-42.2011.5.04.0402
<p>Fase: Baixa (arquivado definitivamente). Aspectos formais. <u>Termos de juntada:</u> não foi lavrado para a guia de depósito judicial da fl. 517, para o ofício da fl. 533, e para a autorização da fl. 564. <u>Lançamentos no inFOR:</u> não constou o andamento “petição protocolada”, logo após o lançamento 141 “Devolvido/Entregue documento à parte”, alusivo ao pedido de prazo das fls. 528-29. <u>Documentos de tamanho reduzido anexados:</u> à fl. 569, não foi quantificado, numerado e rubricado. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> cálculo de liquidação juntado em 10-04-2014 (fl. 420) e notificação para vista expedida em 30-04-2014 (fl. 462).</p>	

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 24.09.2015.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”)	0177600-18.2009.5.04.0402
Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento	0000498-04.2012.5.04.0402 0086900-74.2001.5.04.0402



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Processo apensado a outro sem andamento	0001423-97.2012.5.04.0402
---	---------------------------

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., processo 0001707-42.2011.5.04.0402, fl. 344).

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento (v.g., processo 0001707-42.2011.5.04.0402, fl. 465).

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **não é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, procedendo-se à consulta ao Bacen Jud e Renajud e, em sendo positiva(s), dando-se ciência ao sócio, inclusive para habilitá-lo à via de embargos à execução (v.g., processo 0000027-51.2013.5.04.0402, fl. 82).

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária **em 25.3.2013**.

A divisão do trabalho tem critério misto. A triagem inicial é realizada, diariamente, por Otávio (secretário de audiências), oportunidade em que o feito é incluído em pauta. Carlos, diretor de secretaria, auxilia os magistrados no exame de prevenção. A análise do protocolo é dividida entre Everton, Patricia,



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Thais, Isabela e Zita, respondendo, cada um, pelo protocolo de um dia da semana.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 28.9.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o diretor de secretaria. A posição, na data da visita correcional, 30.9.2015, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Com petições avulsas	-	29	<u>21127-2013</u> 22.9.2015	-
Com habilitações não lidas	-	08	<u>20900-04.2015</u> (23.9.2015)	-
Com pedido de liminar ou tutela não apreciados	-	-	-	-
Com petições não apreciadas	-	91	<u>21899-2014</u> 17.9.2015	-
Com mandados devolvidos OJ	-	12	v.g., <u>20707-57.2013</u>	-
Com audiências não designadas	-	38	<u>21283-79.2015</u> Decorrido prazo em 18.8.15 – ainda sem pauta marcada	09.9.2015 Intima sobre teor de despacho
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Aguardando cumprimento providência conhecimento	- Prazos quinzenais + diligências	37 (em caixas 25)	Na raiz: <u>20797-94.2015</u> – Falta fazer conclusão para sentença	11.8.2015 Autor apresentou réplica – instrução já encerrada
Aguardando cumprimento de providência liquidação	-	09	Cx.: Out – 1ª quinz (9): <u>20965-67.2013</u> Não acusado recebimento do e-mail, não cobrada resposta	13.7.2015 e-mail contador apresentar cálculos – 20 dias
Aguardando cumprimento de providência execução	- Prazo quinzenal + diligências	113 (Em caixas 81)	Cx.: Out – 1ª quinz (16): <u>20174-98.2013</u> No prazo até 28.9.2015	28.8.2015 Certidão de cálculos
Aguardando ciência		22	Todos com intimação da sentença em	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

			21.9.2015 – no prazo até 30.9.2015	
Aguardando ciência decisão – ConPra		-	-	-
Aguardando término dos prazos - conhec		235	<u>20537-17.2015</u> Prazo até 13.10.2015	31.8.2015 Expedida notificação
Aguardando término dos prazos - liquid		11	<u>20794-76.2014</u> Decorrido prazo em 03.8.2015	22.7.2015 Notificado rte. cálculos da rda.
Aguardando término dos prazos - exec		62	<u>20300-17.2014</u> Decurso do prazo em 27.8.2015	06.8.2015 notificação
Análise de Conhecimento	Por carteira + tarefas	36 Everton (6) Patrícia (4) Thaís (9) Zita (3) Isabela (4) Ivan (3) 'Designar audiência' (7)	<u>21951-84.2014</u> Decorrido prazo em 13.8.2015 Cx.: Everton	17.8.2015 Juntado AR
Apreciar urgentes		0	-	-
Controle sobrestamento / suspensão		05	<u>20134-82.2014</u>	Aguarda trânsito em julgado de outra ação
Controle manual prazo pós sent.		07	<u>21957-91.2014</u>	20.9.2015
Prazos vencidos - conhecimento	Por carteira	91 Everton (23) Patrícia (25) Thaís (22) Zita (34)	<u>20169-08.2015</u> Prazo decorreu em 31.8.2015	-
Prazos vencidos - liquidação	-	-	-	-
Prazos vencidos - execução	Por carteira	60 Éverton (22) Patrícia (11) Thaís (6) Zita (23)	<u>21268-81.2013</u> Decorrido prazo em 13.7.2015	06.7.2015 Notificação
Remeter ao 2º grau		46	<u>20264-72.2014</u> <u>20724-93.2013</u>	21.7.2015* contrarrrazões 16.9.2015 contrarrrazões
Triagem inicial		08	02 de 25.9.2015 (Sum21598-10.2015 e ConPaq21599-92.2015)	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

* Não estão conseguindo remeter; bloqueado; abriram chamado junto à SETIC

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se adequada gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao diretor de secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

A Unidade Judiciária contou com apoio do SAT no período de 14 a 25.9.2015, para digitalização dos processos físicos, com trânsito em julgado, para cadastramento no PJe para prosseguir, na fase de execução, como processo eletrônico.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Verificou-se que na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul o número de servidores (13) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 13 a 14). Todos os servidores (à exceção de Rosilene, assistente de juiz substituto) participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 78 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 2 servidores (Sílvia e Débora). Quanto aos afastamentos, o mais significativo ocorreu por força de licença gestante (Aline, 180 dias).

Não houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014. Com relação à greve deste ano, constatou-se adesão de dois servidores da unidade.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, diminuiu 2,29% em relação ao ano de 2013, recuando para 3.409 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 2,54% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 17 processos, ficando aquém do aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%. Ingressaram 1.870 casos novos na unidade. Ao final de 2014, verificou-se a existência de 50 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, ampliando-se para 68 processos em agosto de 2015.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 29,80% em 2013 para 33,57% em 2014, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33%.

A Unidade Judiciária aumentou o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 4,50%, o que é elogiável na medida que na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) diminuiu 10,20% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 41,54% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 44,05%, aproximando-se do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 6,34% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 8,95%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 70,11% em 2014, aproximou-se do congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%, no mesmo período.

Observou-se que, em relação às Metas do CNJ, apenas a Meta 1/2014 não foi atendida pela Unidade Judiciária, e a Meta 5/2014 foi parcialmente cumprida. As demais Metas anteriores a 2015, foram atendidas, bem como as Metas 2/2014, 6/2014, 2/2015 e 6/2015. Quanto à Meta 7 de 2015 e as específicas da Justiça do Trabalho, o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento, e os dados apurados até agosto de 2015 projetam descumprimento das Metas 1, e 5/2015.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 12,77% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 75 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 160 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual alcançou, em 2014, 76 dias nos processos sumaríssimos e 91 dias nas ações ordinárias,



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

mostrando-se mais célere que o prazo médio regional, de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual alcançou 572,19 dias quando o executado é ente privado, e recuou para 867 dias quando a execução é contra ente público, prazos menores que os apurados nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, permaneceu próximo do lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte. Na data da inspeção correcional constatou-se aumento relevante do lapso entre o ajuizamento da ação e a audiência inicial nos processos de rito ordinário distribuídos ao magistrado J2, estando a pauta inicial em 170 dias, o que é preocupante, devendo o juiz envidar esforços para reduzir esse prazo. A pauta inicial do magistrado J1 alcançava 55 dias, também ensejando adoção de medidas de forma a reduzir o prazo. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 30.9.2015, situava-se em 120 dias (J1) e 140 a 225 dias (J2), prazos melhores que o que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (até 240 dias).

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária tem atendido aos prazos legais para prática dos atos processuais, exceto atrasos pontuais, de regra verificados em períodos de férias ou licenças de servidores. Na data da Correição, os prazos, em regra, estavam sendo atendidos, denotando empenho por parte dos magistrados e dos servidores em atender às demandas da Unidade.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- a) efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos relacionados no item 3.4.3.
- b) destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, deve ser verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais e Decisões Pendentes)

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5 e 6.9, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1), e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.8.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que sejam adotadas medidas para reduzir os prazos médios das audiências iniciais nos processos do rito ordinário, de forma a atender ao lapso de até quarenta dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação ao prazo em que ocorrem as audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se ao magistrado J2 atenção para que não ultrapassem o prazo de até 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITEM 7.10.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPG/TST) e evitando lacunas e



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- c) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
 - d) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;
 - e) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos;
 - f) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

ITEM 8.5 (Citação do(s) Sócio(s) em Caso de Desconsideração da Personalidade Jurídica da Executada)

Determina-se que haja expressa determinação, por meio de decisão fundamentada, de citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:

- a) seja mantido o exame de prevenção de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a triagem inicial nos processos eletrônicos continue sendo feita diariamente, com designação de pauta no momento da triagem inicial ou, no máximo, no prazo de sete dias;
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- d) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas “aguardando término dos prazos-liquidação”, “aguardando término dos prazos-execução” e “análise de conhecimento”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores a Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, no dia 30.9.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro Trabalhista de Caxias do Sul, tendo comparecido, para esse fim, os Advogados Valdecir Souza de Lima (OAB/RS nº 37.332), Maísa Ramos Aran (OAB/RS nº 39.316) e Gelson dos Reis (OAB/RS nº 78.805), que trataram de questões atinentes ao Foro, e elogiaram atuação de servidores e magistrados. Teceram considerações pontuais sobre cada unidade, sendo dito pela Vice-Corregedoria que seriam objeto de atenção nas inspeções correcionais e atas correspondentes.

Também compareceu representante do jornal Folha de Caxias para entrevistar a Vice-Corregedora.

Após, a Vice-Corregedora, acompanhada pelos juízes Maurício Machado Marca e Marcelo da Silva Porto, visitou o prefeito municipal, Alceu Barbosa Velho, na sede da Prefeitura, encontro do qual participaram, também, o procurador-geral do Município, Vitório Giordano da Costa, e o procurador do Município Felipe Marchioro. Na oportunidade, foram informados do andamento do processo administrativo que visa à doação do terreno localizado aos fundos do Foro Trabalhista, que permitirá a ampliação do prédio, e que está próximo de ser encaminhado para elaboração de lei municipal.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

ao suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelos Juízes titular, Maurício Machado Marca, e substituto Tiago Mallmann Sulzbach, pelo Diretor de Secretaria Carlos Nilis Silveira Spielmann, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice-Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional